

Senhor(a) deputado(a),

Nós, professores(as) e educadores(as) públicos, defendemos a aprovação do auxílio emergencial como medida essencial ante a pandemia de Covid-19. Mas não aceitamos que salários e investimentos em áreas fundamentais para o povo brasileiro sejam utilizados como barganha.

Há recursos para garantir os salários e os direitos dos servidores públicos, assim como há dinheiro para garantir uma renda básica para a população mais vulnerável.

A PEC 186/19 coloca na Constituição um "congelamento eterno" dos salários dos trabalhadores dos serviços públicos. Mais que isso, para beneficiar os bancos, essa lei (PEC186) permite que o presidente, os governadores e prefeitos proíbam concursos públicos e nomeações.

Com a PEC 186/19, quem sofre é o povo, em particular os setores mais vulneráveis, a começar pelas mulheres trabalhadoras.

Menos servidores são menos postos de saúde, escolas, universidades, policiais, atendimento no INSS, no combate a endemias, na justiça, e tantas outras áreas onde a presença do Estado é fundamental em toda a superfície de nosso território nacional!

Não se pode aceitar que um auxílio ínfimo, por apenas quatro meses, seja usado como moeda de troca para instituir um ajuste fiscal draconiano e permanente que vai piorar o desempenho econômico do país. E justamente na semana do 8 de março, dia internacional da mulher.

Serviço público é soberania nacional. Precisamos de mais e melhores serviços públicos, não menos! É o serviço público que está salvando a vida das pessoas!

Diga SIM ao auxílio emergencial de R\$ 600,00, enquanto durar a pandemia e NÃO ao ajuste fiscal filhote de banqueiros que desmonta os serviços públicos!

Sindicato dos Professores no Distrito Federal
Em Defesa da Vida!
Por Auxílio Emergencial!
Vacina Já!